



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito

Of. nº xxxx/2017/GPFJCC

Bom Despacho, 10 de outubro de 2017

À Sua Excelência o Senhor
Vereador Vital Guimarães
Presidente da Câmara Municipal
Rua Marechal Floriano Peixoto – 40 – Centro
35600-000 – Bom Despacho-MG



Assunto: Encaminha Projeto de Lei que dispõe sobre a isenção de pagamento pela utilização do Estacionamento Rotativo a Oficiais de Justiça em serviço.

Senhor Presidente


O presente Projeto de Lei visa a concessão de isenção de pagamento pela utilização das vagas de estacionamento rotativo pelos serventuários do Poder Judiciário que atuam no cargo de Oficial de Justiça, desde que credenciados na Secretaria Municipal de Trânsito, Proteção Patrimonial e Defesa Social.

Conforme se disciplina no projeto a seguir, a isenção se limitará ao uso em serviço.

Trata-se de isenção excepcional e limitada. Excepcional pois somente será concedida aos oficiais de justiça. Limitado, pois se dará quando estiveram a serviço.

Desta forma, conto com o apoio dos nobres vereadores para que este Projeto de Lei seja analisado, votado e aprovado com a brevidade que a medida recomenda.

Atenciosamente,


Fernando Cabral
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito

Projeto de Lei nº ⁷³XXXX/2.017.

Dispõe sobre isenção de pagamento pela utilização do Estacionamento Rotativo a Oficiais de Justiça, quando do cumprimento de diligências e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Despacho/MG, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no inciso IV, do art. 87 da Lei Orgânica Municipal, encaminha o presente Projeto de Lei para tramitação legal nessa Egrégia Casa.

Art. 1º Ficam isentos de pagamento do custo do estacionamento rotativo os veículos utilizados por oficiais de justiça a serviço.

Art. 2º Para gozar da isenção, o oficial de justiça deverá requerer credencial específica a ser expedida pela Secretaria de Trânsito, Proteção Patrimonial e Defesa Social.

Parágrafo único. A credencial, com validade de 12 meses, obedecerá ao modelo especificado no Anexo I desta lei.

Art. 3º A isenção somente será válida para o oficial de justiça em serviço, no horário do expediente normal ou em regime de plantão.


Art. 4º A fim de comprovar o uso em serviço, o Fiscal de Trânsito Municipal poderá exigir que o oficial de justiça apresente os mandados a que está dando cumprimento.

Art. 5º Para obtenção do benefício da isenção constante do artigo anterior, o Oficial de Justiça deverá apresentar requerimento na Secretaria de Trânsito, Proteção Patrimonial e Defesa Social munido com cópia de sua carteira funcional, comprovante de lotação em Bom Despacho e documentação do veículo a ser utilizado.

Art. 6º O estacionamento será permitido pelo tempo máximo de 60 (sessenta) minutos, podendo ser prorrogado uma vez pelo mesmo período, se necessário para o cumprimento de diligência.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Despacho, 10 de outubro de 2.017, 106º ano de emancipação do Município.


Fernando Cabral
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO
(frente)

ESTACIONAMENTO



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, PROTEÇÃO
PATRIMONIAL E DEFESA SOCIAL

AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE ESTACIONAMENTO ZONA AZUL

Nº de Registro: xxx/2017

Oficial de Justiça: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Número de Matrícula: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Data de Emissão: xx/xx/xxxx

Validade: xx/xx/xxxx

Unidade da Federação: Minas Gerais

Município: Bom Despacho

Identificação e assinatura da Autoridade de Trânsito
Secretário Municipal de Trânsito,
Proteção Patrimonial e Defesa Social

(verso)

Nome do Beneficiário: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Regras de utilização

1. Esta autorização só é válida no original e deve:
 - 1.1. Se colocada no painel do veículo com frente voltada para cima e visível
 - 1.2. Ser entregue à autoridade de trânsito ou aos seus agentes, sempre que solicitado
2. Este cartão será recolhido e a autorização cassada nos seguintes casos:
 - 2.1. Uso por terceiros
 - 2.2. Uso de cópia do cartão
 - 2.3. Cartão rasurado ou adulterado
 - 2.4. Uso em desacordo com as disposições nele contidas ou na legislação pertinente;
 - 2.5. Cartão vencido
3. O desrespeito ao disposto neste cartão de autorização, bem como às demais regras de trânsito e a sinalização local, sujeitará o infrator as medidas administrativas, penalidades e punições previstas em lei.